

Propostas dos deputados do PT têm o objetivo melhorar a vida dos trabalhadores, manter e ampliar seus direitos e defender o emprego dos gaúchos no campo e na cidade.

Pág. 4

Jornal da Bancada Estadual do PT - AL/RS

Maio/2006 - nº 16 - Edição Especial

1º de Maio

Trabalho, passaporte para cidadania

▲ Em alta

Salário mínimo

O valor do novo salário mínimo, que vigora desde 1º de abril, apesar de ainda insuficiente, é o maior dos últimos 20 anos. O reajuste aprovado pelo governo Lula representa um crescimento real de 13%.

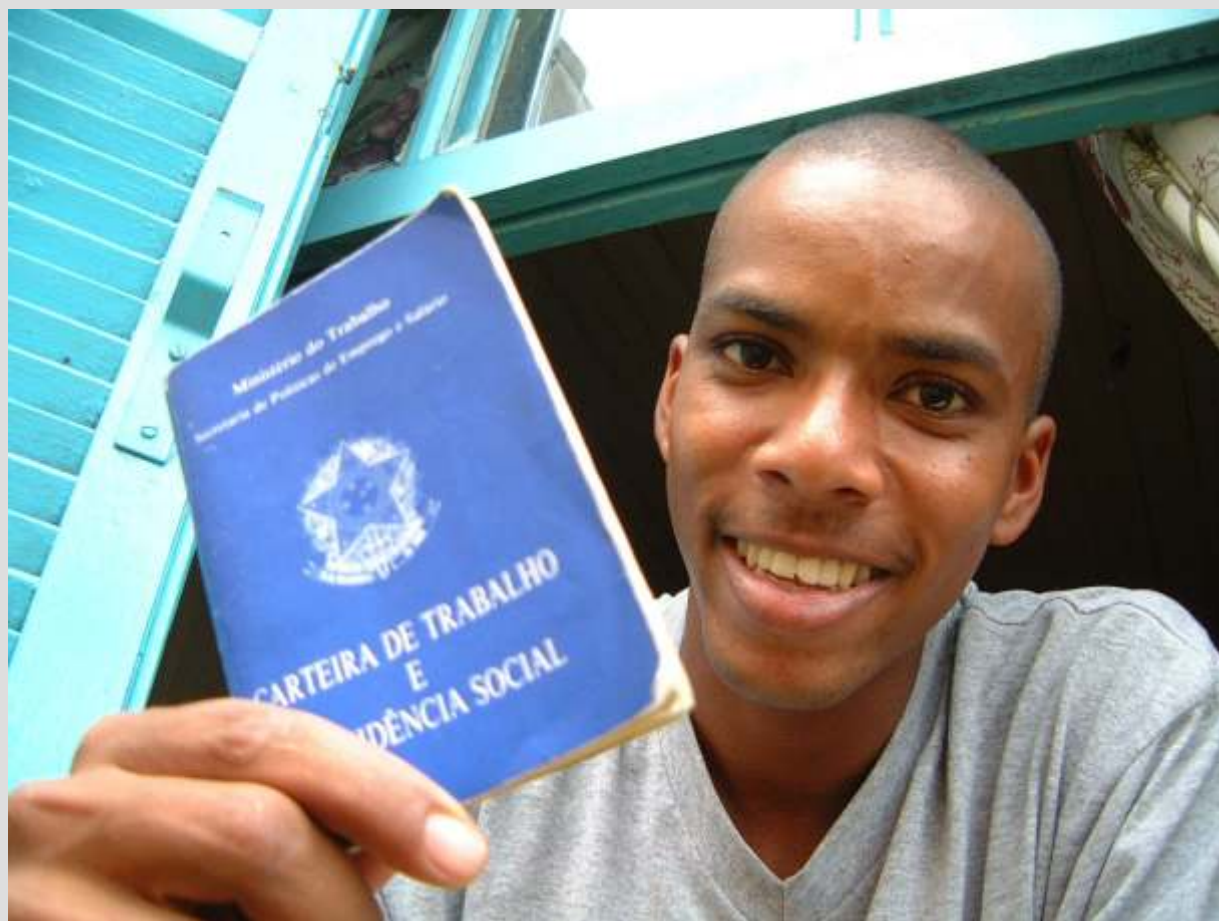
Pág. central

▼ Em baixa

Piso salarial regional

O reajuste proposto para 2006 (6,7%) está muito distante do que seria necessário para manter o valor 28% acima do salário mínimo, como acontecia no governo Olívio Dutra.

Pág. central



Uma das maiores preocupações do cidadão é o emprego. Ter ou não ter um salário no final mês é uma angústia que praticamente todos já vivenciaram. A falta de trabalho dificulta o acesso à educação, à saúde, à habitação, ao lazer. A garantia, ao contrário, representa um passaporte para a cidadania.

O presidente Lula é um dos milhares de brasileiros que já sentiu na pele esta realidade e elegeu a geração de empregos como sua meta número um. A determinação do governo federal em criar empregos e resgatar o papel do Estado como agente de fomento da atividade econômica deu resultados.

Nos últimos três anos, o crescimento do número de empregos formais no Brasil duplicou em relação ao governo anterior.

Já no Rio Grande do Sul a situação é diferente. Infelizmente, os trabalhadores gaúchos - da iniciativa privada e do setor público - não receberam nenhuma motivação do governo do Estado para festejar no 1º de Maio. Em três anos, a atual gestão paralisou programas voltados à geração de emprego e renda, desmantelou áreas sociais, aplicou um tarifaço sem precedentes e aprofundou as desigualdades salariais existentes no funcionalismo público.

Você sabia...

Que o Dia do Trabalhador foi instituído em 1888, em homenagem à luta que trabalhadores de Chicago, nos Estados Unidos, travaram pela redução da jornada? E que os manifestantes foram duramente reprimidos e submetidos a um julgamento sumário que condenou diversas lideranças do movimento à prisão perpétua e oito delas à morte na forca?



Data para todos, comemoração para poucos

Neste 1º de Maio, apenas as grandes empresas e devedores contumazes têm motivos para comemorar no Rio Grande do Sul. Afinal, o governo Rigotto já concedeu três anistias e promoveu uma farra fiscal, que totaliza R\$ 4 bilhões em novos benefícios. Infelizmente, os trabalhadores gaúchos - da iniciativa privada e do setor público - não receberam nenhuma motivação do Palácio Piratini para festejar. Em três anos, a atual administração paralisou programas voltados à geração de emprego e renda, desmantelou áreas sociais e aplicou um tarifaço sem precedentes em toda a população.

Esmola parcelada substitui política salarial

O governo Rigotto prometeu recuperar a auto-estima dos servidores, mas sequer apresentou uma política salarial para o funcionalismo. Por duas vezes, atrasou o pagamento dos salários e transformou um direito constitucional em dívida, obrigando os funcionários a contraírem empréstimos para receber o 13º.

Além de não repor a inflação, os reajustes concedidos pelo governo Rigotto serão pagos em 'suaves prestações', estendendo-se pelo próximo ano. Os índices oferecidos representam pouco mais do que a metade da inflação acumulada no período 2003-2006, o que significa arrocho salarial e perda do poder aquisitivo dos trabalhadores. É o caso dos 8,57% concedidos para o magistério neste ano em cinco parcelas, que encerram só em março de 2007. O total de reajuste da categoria no atual governo ficará em 18,4%, bem inferior à estimativa de inflação até o final de 2006, que é de 31% (IPCA-IBGE).

Ao reajustar de forma linear os vencimentos do funcionalismo, o governo Rigotto aprofunda as desigualdades salariais. O reajuste de 8,02% tem um impacto de R\$ 595,00 num contracheque médio da Secretaria da Fazenda, por exemplo. Já na remuneração básica dos professores a reposição representa R\$ 42,00.

Primeiro Emprego paralisado

Em 2002, último ano do governo Olívio Dutra, foram aplicados R\$ 12,6 milhões no programa Primeiro Emprego. Nos três primeiros anos do governo Rigotto, nenhum centavo foi destinado para o programa de incentivo à contratação de jovens sem experiência profissional. Para 2006, estão previstos R\$ 5,5 milhões. Resta saber se os recursos serão de fato aplicados ou se constam no orçamento para servir de conteúdo no discurso eleitoral.



Mesmo com o aumento da arrecadação decorrente do tarifaço, governo Rigotto não atendeu as reivindicações salariais dos professores

Piso Salarial Regional Sem critério, prevalece o menor reajuste possível

Criado em 2001 pelo governo Olívio Dutra, o piso salarial regional tinha como critério de reajuste a inflação acumulada (INPC-IBGE), somada ao crescimento do PIB gaúcho. No governo Rigotto, o critério passou a ser o menor "reajuste possível". Em 2003 e 2004, o governo do Estado definiu o mesmo índice concedido ao salário mínimo nacional, sem levar em conta o desempenho da economia gaúcha. Em 2005, o reajuste do salário mínimo foi de 15,38%, mas o governo do Estado aumentou o piso em apenas 10,8% (inflação mais PIB per capita) - cinco pontos percentuais abaixo do reajuste do salário mínimo nacional.

O índice proposto para 2006 (6,7%) está muito distante do que seria necessário para manter o piso regional 28% acima do salário mínimo, como acontecia no governo Olívio Dutra.



Coletivos reduzidos

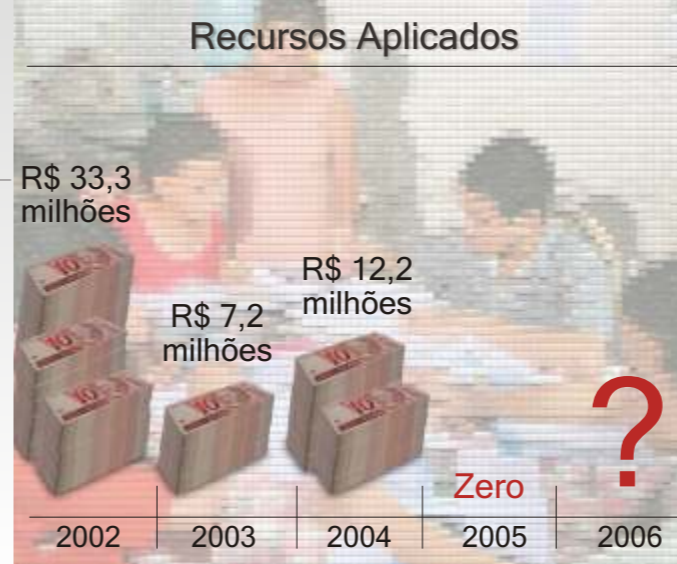
O Programa Coletivos de Trabalho também sofreu cortes drásticos na gestão do PMDB. Em 2003, foram aplicados apenas R\$ 432 mil contra os R\$ 3,5 milhões gastos em 2002 pelo governo Olívio Dutra para promover a inclusão de trabalhadores desempregados no mercado de trabalho. Em três anos, Rigotto gastou menos do que o valor aplicado em um ano pela administração da Frente Popular.



Estado de penúria

Em 2000, o governo Olívio Dutra implantou um dos mais ousados programas sociais do País. Além de garantir uma bolsa auxílio, cujo valor médio chegava a R\$ 221,00 mensais por família, o Programa Família Cidadã oferecia uma série de serviços públicos para a população carente. Mais de 10 mil famílias gaúchas foram atendidas.

Com o PMDB, o programa começou a minguar. Em vez dos R\$ 221,00, o governo Rigotto passou a destinar apenas R\$ 90,00. Em 2002, foram destinados R\$ 33,3 milhões. Em 2003, primeiro ano do governo Rigotto, o valor baixou para R\$ 7,2 milhões. No ano passado, o governo do Estado não aplicou nada. Para este ano, estão previstos R\$ 22 milhões. Número improvável para uma administração que tem se notabilizado por economizar nas áreas sociais.



Economia cresce e desigualdades sociais diminuem

A maior homenagem que um governo pode prestar aos trabalhadores é lutar pela garantia dos direitos trabalhistas e sociais e pela geração de empregos. É dessa forma que o governo Lula tem atuado. Todos os indicadores econômicos atestam o crescimento da economia com a redução das desigualdades sociais.

O maior salário mínimo dos últimos 20 anos

O valor do novo salário mínimo, que vigora desde 1º de abril, é o maior dos últimos 20 anos. O reajuste representa um crescimento real de 13%. Nos três anos do governo Lula, o aumento do salário mínimo chegou a 75%, passando de R\$ 200,00 (2003) para R\$ 350,00 (2006). Em relação à inflação do período, que foi de 38,7% (INPC), o aumento real do salário mínimo foi de 26%.

Quando Lula assumiu, o salário mínimo valia 56 dólares. Neste ano, o mínimo equivale a 155,5 dólares. O poder de compra do salário mínimo no governo Lula aumentou. Em 2002, era possível comprar 1,42 cesta básica. Em 2006, é possível adquirir 1,99 cesta básica com um salário mínimo.

Mais empregos com carteira assinada



O número de contratações com carteira assinada dobrou em relação ao governo FHC. Entre 1999 e 2002, foram gerados 1,8 milhão de empregos formais. De 2003 a dezembro de 2005, foram abertas 3,4 milhões de vagas com carteira assinada. Foram 8,3 mil empregos por mês no governo passado e 104 mil por mês no governo Lula.

Sinal verde

No governo Lula

- ★ O número de pessoas abaixo da linha da pobreza caiu 8% em 2004.
- ★ Mais de R\$ 27 bilhões foram destinados ao programa Fome Zero
- ★ Houve redução em número absolutos do total de desempregados (- 421 mil pessoas).
- ★ Foi implantado o programa Primeiro Emprego em nível nacional



Em 1986, foram eleitos os primeiros quatro deputados estaduais do PT. Em duas décadas, a bancada cresceu, pautando sua atuação pela ética e pelo compromisso com os trabalhadores gaúchos. Foram apresentadas mais de mil iniciativas legislativas - projetos de lei, emendas e propostas de comissões. Muitas delas foram transformadas em Leis que tornaram o Rio Grande do Sul melhor e beneficiaram a vida de milhões de pessoas.

Iniciativas para melhorar a vida dos gaúchos

Centenas de projetos de lei, apresentados pelos deputados petistas, viraram leis ou tramitam na Assembléia Legislativa, aguardando votação. Todos eles têm como objetivo melhorar as condições de vida dos trabalhadores, manter e ampliar seus direitos e defender o emprego dos gaúchos no campo e na cidade. Abaixo alguns exemplos que simbolizam a atuação da atual bancada do PT no parlamento.



Foto: Caroline Morelli

Em ato realizado dia 13 de março, PT gaúcho comemorou 20 anos de trabalho na Assembléia Legislativa

Inovação tecnológica

Projeto de lei que cria a Lei de Incentivo à Inovação Tecnológica. Prevê incentivos tributários para empresas que investirem em inovação tecnológica e busca potencializar a área de pesquisa e do conhecimento, fomentando o desenvolvimento adequado de novos produtos e processos diretamente nas empresas. Em tramitação. Adão Villaverde

Direitos dos idosos

Proposta de Emenda Constitucional que regulamenta o Estatuto do Idoso, instituindo gratuidade no transporte urbano, intermunicipal e interestadual para este segmento da população no Rio Grande do Sul. Tem como objetivo resgatar a dívida social com os idosos. Em tramitação. Dionilso Marcon, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Regularização de quilombos

Projeto de lei que prevê a regulamentação fundiária de áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos no Rio Grande do Sul. A intenção da proposta é colaborar no resgate da cidadania de comunidades negras, garantindo títulos de terra. Aprovado. Edson Portilho

Plano Safra Estadual

Projeto de lei que institui o Plano Safra Estadual. Pela proposta, as medidas, as metas e os recursos destinados à agricultura familiar deverão ser anunciados pelo governo do Estado, a cada ano, até o dia 15 de julho para as culturas de verão e até 15 de março para as culturas de inverno. Atinge mais 440 mil agricultores familiares. Em tramitação. Elvino Bohn Gass, presidente da Comissão de Agricultura

Vinho como alimento

Projeto de lei que define o vinho como alimento funcional. A nova classificação permitirá que, posteriormente, o produto tenha tratamento tributário diferenciado, com rebaixamento de alíquotas. A medida deverá beneficiar toda a cadeia vitivinícola, atingindo cerca de 100 mil pessoas. Em tramitação. Estilac Xavier, líder do governo Lula na Assembléia Legislativa

Incentivo ao pequeno agricultor

Projeto de lei que estabelece compensação financeira aos pequenos agricultores que protejam as áreas de preservação permanente existentes em suas propriedades. A proposta garante uma alternativa econômica para a agricultura familiar e colabora para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande Sul. Em tramitação. Fabiano Pereira, vice-presidente da Assembléia Legislativa

Albergues públicos

Projeto de lei que prevê a criação de abrigos públicos e disponibiliza alimentação para usuários do SUS. O objetivo é garantir meios adequados de hospedagem para pacientes que necessitam de tratamento fora de seus municípios. Hoje, cerca de 50% dos casos mais complexos são encaminhados para Porto Alegre e outros centros regionais. Em tramitação. Flavio Koutzii, líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa

Resgate histórico

Projeto de lei que declara Sepé Tiaraju 'herói guarani missioneiro rio-grandense' e institui o dia 7 de fevereiro, data da morte do líder indígena, como dia oficial do Estado em homenagem à sua memória. A iniciativa representa o reconhecimento ao povo guarani, à figura de Sepé e à história da República Guarani. Aprovado. Frei Sérgio Gorgen

Saúde no trabalho

Projeto de lei determinando que o SUS fiscalize o ambiente de trabalho, levando em conta as características sanitárias do local, com a possibilidade de interdição de setores se as condições forem insalubres. Atualmente, só o Ministério do Trabalho e Emprego pode executar esta função. A proposta estabelece que as normas sanitárias sejam também para trabalhadores do mercado informal e para o serviço público. Em tramitação. Ivar Pavan

Política de combate à seca

Projeto de lei que cria a Política Estadual de Combate e Prevenção à Seca. Prevê a criação de um comitê permanente para administrar e disciplinar as ações, obras e serviços necessários para prevenir e amenizar prejuízos provocados pela estiagem. Em tramitação. Luís Fernando Schmidt, presidente da Comissão de Serviços Públicos

Controle on-line em pedágios

Projeto de lei que obriga a instalação de sensores eletrônicos nas praças de pedágio. O objetivo é acompanhar o fluxo de veículos nas rodovias concedidas e verificar os valores arrecadados. A fiscalização deverá influenciar na definição das tarifas, beneficiando a sociedade. Em tramitação. Miriam Marroni

Fim da taxa básica de telefonia

Projeto de lei que acaba com a cobrança da taxa de assinatura básica de telefonia fixa no Rio Grande do Sul. Acrescida de ICMS, a tarifa chega a R\$ 50,00 por assinante por mês. A medida beneficiará cerca de três milhões de usuários. Em tramitação. Raul Pont

Preservação de empregos

Projeto de Decreto Legislativo anulando os decretos do governo do Estado que restringem os créditos tributários das empresas exportadoras. A medida do governo resultou em crise na economia gaúcha e demissão de trabalhadores. Em tramitação. Ronaldo Zulke

